

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE CORES, SONS E MOVIMENTOS

Ana Paula Vaz Brum¹
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra²

Eixo 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

Resumo: O plano de trabalho de iniciação científica é um recorte do projeto de pesquisa “Práticas Educativas e diferenças na educação infantil: a inclusão entre cores, sons e movimentos”. A fim de investigar acerca do problema de pesquisa: Qual a importância da educação lúdica como ferramenta de inclusão na educação infantil? Consideramos que a ludicidade presente em suas várias manifestações agrupa inúmeras possibilidades de inclusão, socialização, aprendizado, ressignificação e descobertas da criança com deficiência em relação com o mundo a sua volta. O objetivo da investigação é que através de pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática, fundamentar e valorizar a ludicidade nas práticas educativas e na inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, partindo do princípio que ao utilizar a ludicidade como facilitadora do processo de inclusão e de ensino aprendizagem coloca a criança como participante central dos processos.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Criança; Artes; Ludicidade.

Introdução

A presente pesquisa aborda a arte como atividade lúdica e linguagem facilitadora para a promoção da inclusão de crianças com deficiência no ambiente educacional, o avanço do desenvolvimento social, intelectual e físico. Mediante isso, é direito da criança e da família, a escolarização de qualidade, respeitando e valorizando as especificidades, promovendo experiências, adquirindo saberes novos, corroborando não apenas com a integração, mas, com a inclusão de todos os matriculados na escola.

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, 1989, Art. 2).

A criança possui o brincar como atividade principal, meio de expressão e como forma de apropriar-se de novos conhecimentos. Dessa forma, o lúdico como ferramenta pedagógica possibilita na educação infantil, ações acolhedoras, olhar atento as particularidades da infância, trazendo o concreto para as atividades, com o desenvolvimento de aspectos importantes como a criatividade, imaginação, vocabulário, impulsionando capacidades e habilidades, desenvolvendo-se coletivamente.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC (Edital UFMS/PROPP Nº 107/2022), com apoio do CNPq, da CAPES e da UFMS. Participante do Grupo de Pesquisa GEPEMULT (Grupo de estudos e pesquisas em Educação Especial e múltiplas linguagens).

² Professora Titular da UFMS – FAED Pedagogia. Coordenadora do GEPEMULT (Grupo de estudos e pesquisas em Educação Especial e múltiplas linguagens).

A imaginação criadora permite à mente infantil percorrer caminhos que conduzem a outros tempos e espaços. Dinâmica da sensibilidade que permite descobrir realidades insuspeitas e mundos novos, tornando-se meio direto de aprendizagem ao transportar a criança a uma temporalidade fictícia e a um espaço interior maravilhoso, conduzindo-a do conhecido ao desconhecido (Richter, 2014, p. 197).

Na ludicidade, a arte (música, dança, pinturas, desenhos, narrativas) possui um papel importante na educação para o desenvolvimento pleno da criança, através dela é possível estimular a sensibilidade ao mundo juntamente com as diferenças presentes nele, como também a comunicação podendo expressar, expondo seu interior e suas intenções. Portanto, a arte desenvolve a capacidade para a resolução de problemas, com autonomia, gerando diversas possibilidades e caminhos para alcançar seus objetivos, colocando em foco a individualidade de forma natural e expressiva.

Inclusão na educação infantil e suas políticas

É importante que a inclusão no sistema educacional inicie na Educação Infantil, primeiro contato com a educação formal, lá as crianças terão o convívio com outras crianças nesse lugar privilegiado, coletivo, diverso e diferente, sejam em relação a valores, crenças, limitações, potencialidades ou pessoas. Nesta fase, as crianças possuem como atividade principal o brincar, *lócus* natural para trabalhar as diferenças e, adaptar maneiras de incluir as crianças nas propostas pedagógicas ao invés de colocá-las como impedimento para realização de tarefas.

[...] o currículo na perspectiva da escola inclusiva, deve fazer sentido para todos os educandos, por meio de práticas curriculares que promovam sua permanência com garantia de qualidade e desenvolvimento, pois como nos aponta Vigotski (1989), a instituição escolar não só deve adaptar-se às deficiências desta criança, mas também lutar contra elas, superando-as (Oliveira; Carvalho, 2017, p. 69).

O professor deve estabelecer o elo de confiança e afetividade com a criança, desenvolver várias formas de comunicação, pois a deficiência presente não pode ser uma barreira intransponível, mas provocar novas possibilidades de atuação pedagógica e, comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento. O brincar e as artes em geral na educação das crianças ocupam espaços privilegiados tanto nos processos inclusivos, como facilitadores da aprendizagem e da socialização.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 1998, p. 23).

Dessa forma, o professor que planeja práticas pedagógicas valorizando o brincar e as artes, oportuniza as várias formas de expressão e aquisição de saberes novos, promove as relações e os papéis sociais, a partir do momento que inclui a criança com deficiência, em todos os momentos respeitando limitações e valorizando potencialidades na participação de processos de aprendizagem coletivos. Ao longo de todo o processo de escolarização, identificar, elaborar maneiras que eliminem barreiras de socialização e aprendizado, iniciando na educação infantil, pois nesta etapa, estabelece a base de comunicação, funções sociais e físicas necessárias para amplo desenvolvimento e construção de identidade, visando a autonomia dentro e fora da escola.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/1990, apresenta direitos fundamentais como: à saúde, liberdade, educação, proteção, moradia, entre outros. No que se refere à educação, visa o desenvolvimento e o preparo, para a participação ativa na sociedade, sendo protagonista, com acesso que garanta aprendizado e permanência, responsabilizando o Estado e tutores pela qualidade e acompanhamento.

CAPÍTULO IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III – Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV – Direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V – Acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (Brasil, 2022, art.53).

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 29, inclui a educação infantil como primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Mediante os direitos e os deveres estabelecidos nas Políticas Públicas da Educação Infantil, as especificidades da criança e a inclusão começam a ser entendidas, com a devida importância. Desta forma, começou-se a discutir sobre a educação de crianças com deficiências, como garantir acesso, permanência, recursos necessários para melhor lhe atender, assegurando o direito alcançado.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2007, não paginado).

O público-alvo da educação especial, é o aluno com deficiência, com impedimentos a longo prazo, de natureza física, mental, sensorial, necessitando de atendimento especializado para o exercício pleno da cidadania. Portanto, por meio da educação especial, busca a inclusão dessas crianças no processo educacional, com objetivos de promover estratégias que respondem as necessidades educacionais especiais, como: transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, com deficiência mental, auditiva, visual, entre outros.

Outro ponto essencial e garantido na legislação é o acompanhamento do professor de apoio, auxiliando a criança com deficiência em todo o percurso escolar, na sala comum e de recursos multifuncionais, nas demandas exigidas pelas necessidades educacionais especiais, permitindo o cuidado, avanço e participação em todas as atividades.

Portanto, a educação especial exige qualificação do professor, com conhecimento da área, das habilidades e dificuldades de cada deficiência, para melhor atuação docente e efetivação da inclusão.

Arte como ferramenta pedagógica lúdica e inclusiva

O lúdico está vinculado com a forma que as crianças lidam com o mundo que a cercam, expressos através dos jogos, brinquedos, brincadeiras e atividades artísticas, assimilam novos saberes da sua própria realidade projetando suas ações e interferências. A partir disso as práticas pedagógicas devem condizer com esse pensamento, pois quando esse indivíduo se encontra no ambiente escolar, não se desvincula da ludicidade encontrada em outros meios sociais, desta forma “[...] o brincar é celebrado como um meio para aprender [...]” (Mello *et al.*, 2020, p. 9).

De fato, o ser humano aprende e entende de maneira mais eficiente quando se depara com a prática, logo as crianças necessitam desse contato com o ambiente e o objeto de conhecimento, assim a ludicidade se torna uma ferramenta fundamental para fazer a ponte do abstrato para o concreto, resultando em ensino e aprendizagem prazeroso e potencializado.

[...] a criança aprende na ação; por meio da experimentação ativa é que ela aprende conceitos, constrói ideias, levanta hipóteses, num contexto social em que o adulto reconheça que brincar é a atividade natural da criança e que melhor corresponde à sua forma de aprender (Mello *et al.*, 2020, p. 9).

Durante os momentos que a ludicidade está presente, os horizontes são expandidos, as crianças se tornam o que desejarem, através da imaginação e criatividade. Não existe limitações, mesmo que a realidade presente impeça algumas crianças por suas deficiências, os momentos lúdicos são por muitas vezes acolhedores. A socialização ocorre entre as crianças, demonstrando que são mais parecidas do que pensam.

A ludicidade promove momentos em que a criança tem a oportunidade de acesso à diversidade cultural que a rodeia, permite que ela se relacione com seus colegas e possibilita a troca de experiências. Desse modo, as atividades lúdicas contribuem na constituição da criança tanto no aspecto afetivo quanto cognitivo, desenvolvendo suas funções psicológicas superiores e introduzindo ao meio coletivo (Veiga, 2018, p. 17).

Segundo Vygotsky, ao estudar o ser humano em vários aspectos, propôs uma psicologia que compreendesse o biológico, social, histórico, cultural e seus processos de constante transformação. Desta forma, no viés social, Vygotsky afirma que o homem se constitui pelas relações sociais, transformando-se e sendo transformado.

Assim, a criança que convive com a pluralidade em seu meio escolar e social é constantemente colocada em embates para resolução de conflitos, com abordagens de conhecimentos e habilidades diversas da que realiza, aprende a pensar e agir sobre as diferenças, relaciona-se com o díspar de forma natural e democrática. O processo de inclusão é um aprendizado social e cultural.

Vygotsky construiu diversos conceitos para o entendimento da aprendizagem humana como signos, instrumentos, mediação e Zona de Desenvolvimento Próximo. Para o autor a aprendizagem ocorre por meio da linguagem e relações sociais. [...] a importância que o meio onde o sujeito está inserido exerce em seu desenvolvimento e sua identidade, bem como as pessoas com que ela socializa (Veiga, 2018 p. 22-23).

O trabalho pedagógico com a ludicidade e as várias linguagens da arte com o objetivo de incluir todos as crianças envolve diversos momentos como, a escolha livre da criança, a manipulação de diversos objetos para aquisição e compreensão de significados e funcionalidades, a construção de situações e a exploração de ambientes não conhecidos motivando a fantasia, imaginação e a imitação e, por fim o rompimento das barreiras atitudinais e arquitetônicas para facilitar a participação da criança com deficiência, promovendo sentimento de autoconfiança e pertencimento.

O professor deve compreender que em contato com o mundo sensível, o indivíduo tem participação ativa nesse processo, ele age sobre, logo o educador precisa propor desafios além do conhecido para as crianças, assim acontecendo significações desse processo de ensino e aprendizagem. “[...] o professor deve ser um observador atento e sensível, buscando sempre novas técnicas e recursos para explorar a arte na sala de aula, contribuindo assim para o desenvolvimento do seu aluno” (Santos; Costa, 2016, p.4).

O professor, como mediador ao planejar, organizar o espaço e utilizar estratégicas adequadas e necessárias para o aprendizado deve inserir a ludicidade e a arte, não como recompensa aos alunos bem-comportados, mas como procedimento pedagógico que permeia toda ação educativa para a construção de saberes, com objetivos e planejamento alinhados as necessidades das crianças, sem separação da hora de brincar da hora de estudar. O professor lúdico é; ele não está lúdico em determinados momentos, assim promoverá aprendizagem participativa, relevante, interessante, por meio das curiosidades, descobertas, levando a superação das dificuldades e aquisição de novas habilidades “Assim, o educador deve agir no Centro Educacional Infantil como um mediador, propiciando à criança a oportunidade de se expressar, no objetivo da busca de respostas aos questionamentos levantados” (Proença, 2011, p. 87).

A arte possibilita buscar diversos meios de soluções de problemas, assim como lidar com situações de formas diferentes em busca de uma melhor escolha. Por diversas vezes a arte possibilita o desenvolvimento criativo do indivíduo, logo “[...] a música, o movimento e a arte podem servir como veículos para a expressão criativa e promover a individualidade e a criatividade” (Spodek; Saracho, 1998, p. 352). Portanto, a arte permite a participação no processo educativo, onde há a necessidade da interação do indivíduo “Experimentar o mundo em seu estado real é uma parte importante do processo criativo” (Spodek; Saracho, 1998, p. 354).

O ambiente escolar que utiliza a ludicidade por meio da arte proporciona o desenvolvimento da sensibilidade das crianças, promove a leitura do mundo e suas singularidades, desta forma quando nos referimos a inclusão, as diferenças podem ser trabalhadas e permite ser compartilhada e vivenciada entre os indivíduos.

A arte deve ser valorizada nas escolas como uma forma de usar os sentimentos, a sensibilidade e a compreensão de aspectos vitais que muitas vezes requerem expressão por meios que não são racionais nem lineares, de forma que “[...] As artes expressam uma forma de conhecer o mundo que é pessoal, mas que pode ser compartilhada com os outros” (Spodek; Saracho, 1998, p. 352).

O processo de desenvolvimento infantil através das múltiplas linguagens artísticas permite que a criança potencialize tanto o desenvolvimento físico quanto o intelectual, não somente alterando a forma que vê o mundo, mas sua participação nele. Ao falarmos de inclusão através das artes, podemos ressaltar que “[...] as crianças devem ter oportunidades de usar livremente a sua imaginação, e os produtos do pensamento criativo devem ser aceitos e valorizados. Elas devem se sentir aceitas, em um clima no qual sejam vistas como indivíduos competentes, importantes e válidos” (Spodek; Saracho, 1998, p. 353), logo esses momentos no meio escolar podem trazer as diferenças de expressões criativas, de forma inclusiva.

Vygotsky (2010) descreve que, aqui reside a chave para a tarefa mais importante da educação estética: introduzir a educação estética na própria vida. A arte transfigura a realidade não só nas construções da fantasia, mas também na elaboração real dos objetos e situações. A casa e o vestiário, a conversa e a leitura, e a maneira de andar, tudo isso pode servir igualmente como o mais nobre material para a elaboração estética.

Quando se pensa na arte como ferramenta transformadora, não se limita somente ao ambiente escolar como promotora de construção do conhecimento, mas capaz de ocasionar mudanças na sociedade.

Considerações Finais

Os marcos legais asseguram o direito das crianças ao brincar, ao lazer, a cultura e, serem incluídas no meio educacional, promovendo educação com equidade e inclusiva, com olhar atento e especializado para suas particularidades.

Desde o nascimento a criança tem o contato com as práticas culturais, assim construindo significados sobre o mundo. Através da arte essa visão pode ser aprofundada de forma prazerosa, desenvolvendo o senso crítico, pensamentos e sentimentos.

Nos momentos lúdicos e nas relações estabelecidas nos espaços escolares entre os educandos e todos os atores da instituição escolar devemos promover a convivência respeitosa e a valorização das diferenças, que são, em alguma medida, o reflexo da realidade social diversa que vivemos, somos sujeitos singulares, diferentes, como diria Vygotsky: sujeitos históricos culturais. É nessa relação que nos tornamos humanos; ao conviver com outros humanos, nos processos socializadores, mediados pela cultura e retroalimentados por ela, enriquecendo os processos formativos, as práticas educativas, valorizando as diferenças e, atuando na zona de desenvolvimento proximal.

Portanto, o professor da educação infantil, que insere em sua prática educacional a arte e a ludicidade, promove a inclusão de diversas formas quando permite que a criança se expresse livremente, colocam em ação suas ideias e expõe seu interior, desenvolvem compreensão, leitura e releitura sobre o mundo ao seu redor, promove coletivamente as vivências pedagógicas que valorizam a condição diferente do outro, resultando na iniciativa de buscar se aproximar e desenvolver as potencialidades de cada criança.

A arte como ferramenta pedagógica e inclusiva evidencia a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem, que cria, vivência e experimenta oportunidades de construção e desconstrução de saberes, desafia e é desafiado a pensar e resolver situações problema. É mediante as atividades artísticas que acontece a construção do sujeito que cria, imagina, e desenvolve a capacidade de fantasiar, ação própria do ser criança, transformando a realidade e agindo sobre ela, identificando papéis sociais e expressando ações, sentimentos e imaginando.

As atividades que utilizam as múltiplas linguagens da arte são facilitadores do desenvolvimento e do processo inclusivo de crianças com deficiência, colaboram para a prática do professor ao gerar experiências e possibilidades novas de aprendizagem, construir relações com outros indivíduos, brincando, desenhando, dançando, cantando, dramatizando, imitando, imaginando, construindo identidade e comunicação com o mundo.

Precisamos entender e valorizar a ludicidade e as artes no processo de educação e inclusão, pois a muito séculos já se discute e comprova-se a relevância de tais abordagens, não é um discurso novo, muitas pesquisas corroboram para o lugar de destaque que merecem, mas muitos ainda acreditam que é apenas passa tempo, atividades vazias para gastar os últimos minutos da aula...ledo engano!

Fundamentar práticas educativas e processos inclusivos cada vez mais democráticos, alicerçados na aplicação efetiva das políticas públicas e dos direitos a educação equitativa e de qualidade para além dos discursos politicamente corretos, mas que na realidade escolar pouco avançam, a ponto de desconstruir as barreiras invisíveis que são o preconceito e, as barreiras visíveis, que são arquitetônicas e de acessibilidade presentes consistentemente na sociedade.

Muitos avanços aconteceram nas últimas décadas, muito precisamos avançar ainda, as transformações sociais e culturais necessárias para a escola conviver com a diferença estão em processo. Vivemos muitos séculos de exclusão e obscurantismo para algumas décadas de inclusão.

Desde a Declaração de Salamanca, a Declaração Universal dos Direitos Humanos entre outros importantes documentos trazer à tona a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação regular como direito assegurado e espaço devido na sociedade, despertou polêmicas por um lado, indignação de alguns, mas também lutas por uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, gerou desafios às práticas educativas e diferenças, mas também avanços inegáveis.

Referências

BRASIL. Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente e normas correlatas. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Brasília. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2007.

FOUCAULT, Michel. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

MELLO, Guiomar Namo de; COLETO, Andréa Patapoff Dal; LIMA, Elvira Souza; CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes; OLIVEIRA, Zilma de Moaraes Ramos de. **Cadernos de Complementação Pedagógica: EDUCAÇÃO INFANTIL**. Gerência de Currículo e Avaliação, SOMOS Educação, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Maria das Graças Soares; CARVALHO, Erenice Natália Soares de (Orgs.). **Documento norteador: educação e ação pedagógica**. Brasília, 2017, 102 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30 maio 2023.

RICHTER, Sandra. Infância e imaginação: o papel da arte na educação infantil. In: OLIVEIRA, Ana Claudia de; BARBOSA, Ana Mae; ALMEIDA, Cláudia Zamboni de; DOMINGUES, Diana; FLEISCHMANN, Lezi Jacques; ROSSI, Maria Helena Wagner; MEIRA, Marly Ribeiro; SPRITZER, Mirna; RICHTER, Sandra; CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **A Educação do Olhar: no ensino das artes**. [S. l.]: Mediação, 2014. cap. 11, p. 182-198.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. Artes Expressivas para Crianças Pequenas. In: SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. **Ensino Crianças de Três a Oito Anos**. [S. l.]: Artmed, 1998. cap. 16, p. 351-359. ISBN 85-7307-436-1.

PROENÇA, Michele Alves Muller. **Ludicidade na Educação Infantil**: Relações na prática docente no processo de aprendizagem da criança no município de Coxim-MS. Programa de Pós- Graduação, UFMS, 2011.

VEIGA, Eliane Cristina Freitas. **Prática docente para aprendizagem de crianças com síndrome de Down na Educação Infantil**. Programa de Pós- Graduação em Educação, UFMS, 2018.

VEIGA, F. H.; GONÇALVES, V.; CALDEIRA, M. J.; ROQUE, P. **Representações dos professores acerca de si mesmos: adaptação portuguesa da escala “Teacher Self-concept Evaluation Scale”**. Actas do XIV Colóquio da AFIRSE. Para um Balanço da Investigação em Educação de 1960 a 2005. Teorias e Práticas, p. 1131-1144.

VIGOTSKI, Lev. Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.